



Economia

Reforma Tributária:

O que muda na mesa do cidadão?

Publicado em 03/2026

Por **Alessandra Carolina Santana** Advogada,
especialista em Direito Tributário



O Brasil possui uma das cargas tributárias mais desiguais do mundo. Na prática, isso significa que a maior parte dos impostos que o governo arrecada não vem da renda dos mais ricos, mas do consumo. O imposto está "escondido" no preço de tudo: do arroz à gasolina.

Como o imposto embutido no preço é cobrado da mesma forma para todos, quem ganha menos acaba comprometendo uma fatia muito maior do seu salário para pagar tributos do que quem ganha muito. É o que os especialistas chamam de regressividade, uma injustiça silenciosa que pesa mais no bolso de quem tem menos.

A Reforma Tributária, já aprovada e atualmente em fase de regulamentação, busca ao menos reduzir parte desse problema. Uma das principais propostas é a criação da **Nova Cesta Básica Nacional**, com a previsão de zerar impostos sobre determinados produtos essenciais. A ideia é simples: tornar alimentos básicos mais acessíveis e fazer o dinheiro render mais no supermercado.

No entanto, o que parece simples virou um verdadeiro cabo de guerra em Brasília. De um lado, setores da indústria pressionam para incluir diversos produtos na lista de isenções. De outro, está a necessidade de garantir que o benefício realmente alcance os alimentos essenciais do dia a dia da população. Essa disputa prova que a justiça fiscal não nasce sozinha: ela é fruto de escolhas políticas. Se a lista de produtos isentos crescer demais, o benefício pode se diluir e reduzir o impacto esperado no custo de vida das famílias.

Outro ponto relevante da reforma é o chamado **Cashback Tributário**. O mecanismo prevê a devolução de parte do imposto pago por famílias de baixa renda inscritas no **CadÚnico**. Na prática, trata-se de uma forma de compensar o peso dos tributos sobre o consumo, devolvendo parte do valor pago em despesas essenciais, como energia elétrica e outros itens básicos.

A Reforma Tributária não é e não pode ser apenas um tema técnico restrito a especialistas. Ela influencia diretamente o custo de vida, a distribuição de renda e o funcionamento da economia no país. Assim, a justiça tributária só será plena se a vigília da população for constante.

Afinal, fiscalizar para onde vai o nosso dinheiro e quem está sendo beneficiado pelas isenções é, acima de tudo, um ato de cidadania. É preciso garantir que o principal 'ingrediente' dessa reforma seja o respeito ao prato e ao suor de quem trabalha.